

APRESENTAÇÃO

2175-0157

EDIÇÃO: V. 36, N. 64 (2025)

Dr. Odisséia Aparecida Paludo Fontana - ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8488-4549>

Dr. Thaís Cristina Alves Costa - ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1274-0431>

Daniele Gava – ORCID <https://orcid.org/0009-0004-8811-5888>

A edição v. 36, n. 64, da Revista Grifos, da Unochapecó, reúne um conjunto de oito artigos científicos que englobam, validam e legitimam o emprego de diversos métodos, conceitos e teorias interdisciplinares, qualificando o cenário dos estudos que circulam nas áreas social, econômica, ambiental, filosófica e jurídica. Apresenta-se aqui uma diversidade de investigações com contribuições para o desenvolvimento rural, políticas públicas, sustentabilidade, agricultura familiar, governança e práticas alimentares. Os artigos utilizam abordagens teóricas e metodológicas interdisciplinares, demonstrando como diferentes campos do conhecimento podem convergir para propor soluções inovadoras e práticas aos desafios contemporâneos.

O artigo que inicia essa edição é ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA DE PRECATÓRIOS E SUA JUSTIÇA CONFORME A TEORIA DE JOHN RAWLS de Stéphanie L. P. S. Mette. Esse artigo analisa a teoria da justiça de John Rawls, apresentada inicialmente em Uma Teoria da Justiça, fundamenta-se nos princípios da igualdade e da diferença, oferecendo importantes reflexões sobre a organização da sociedade e sobre a Constituição que a estrutura. No Brasil, os precatórios foram alçados à categoria de tema constitucional com o propósito de organizar e impessoalizar os



pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas em decorrência de decisões judiciais. Entretanto, as constantes alterações normativas e o excesso de regras transformaram esse instituto em uma questão complexa, criando incentivos para que maus administradores públicos o utilizem como mecanismo de postergação indefinida das dívidas estatais. A problemática da dívida pública segue presente na agenda nacional, com novas emendas à Constituição em análise no Congresso Nacional, muitas delas voltadas justamente a adiar o cumprimento dessas obrigações. Este artigo, após apresentar os principais elementos da teoria rawlsiana e a evolução do regime jurídico dos precatórios, busca avaliar se esse instituto atende aos princípios de justiça de John Rawls, baseados na equidade, e se se mostra adequado aos fins de impessoalização e racionalização orçamentária a que se propõe. Conclui-se que, tal como atualmente estruturado o sistema brasileiro de pagamento das dívidas das Fazendas Públicas — marcado por frequentes moratórias e débitos que perduram por décadas sem quitação —, os precatórios não satisfazem as exigências da justiça como equidade, sobretudo em razão de seus efeitos sobre as condições de vida dos credores e, por consequência, sobre a sociedade como um todo.

O segundo artigo dessa edição foi escrito por Chaiane Agne, Laís Dutra da Rosa e Ana Laura Trindade Bacedoni, intitulado: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CACHOEIRA DO SUL – RS. Nele se analisa como no contexto da agricultura familiar, a produção e o abastecimento de alimentos destacaram-se como problemáticas centrais durante a crise provocada pela Covid-19. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os impactos sociais e econômicos da pandemia na agricultura familiar do município de Cachoeira do Sul – RS. Para tanto, foram entrevistados 93 agricultores, por meio de formulário semiestruturado, cujos dados foram analisados com apoio de gráficos e da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicam que mais de 50% das famílias são constituídas por até três integrantes, com renda de um a três salários-mínimos mensais, dedicando-se à produção de hortaliças, frutas, lavouras temporárias, agroindústrias e criação de animais. As restrições de mobilidade social repercutiram na redução das vendas, em parte compensada pela adoção da comercialização na forma de delivery e pelo fortalecimento das relações com a comunidade. A produção também foi afetada por sintomas de depressão e ansiedade, casos de Covid-19, aumento do preço dos insumos e estiagem, levando mais da metade das famílias a relatar queda na renda. Diante desse cenário, ressalta-se a relevância do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à mitigação dos efeitos sociais e econômicos da pandemia sobre a agricultura familiar em contextos de crise.



O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NA POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL EFICAZ foi escrito por Liziany Muller e Marco Aurélio da Silva da Silva. Esse texto analisa o papel do capital social na efetividade das políticas socioambientais e evidencia a importância das redes de relações sociais, da confiança e da colaboração para a obtenção de resultados positivos em questões ambientais e sociais. Entendido como o grau de conexões e interações entre indivíduos e grupos, o capital social influencia diretamente a capacidade de conceber e implementar políticas sustentáveis. Relações sociais robustas favorecem o engajamento comunitário, facilitam a cooperação na resolução de problemas ambientais e fortalecem a capacidade de resposta a desafios socioambientais. Nesse contexto, compreender e fortalecer o capital social torna-se fundamental para o desenvolvimento e a eficácia de iniciativas voltadas à preservação do meio ambiente e à promoção do bem-estar social. Políticas socioambientais são cruciais para enfrentar desafios globais prementes, como as mudanças climáticas, o esgotamento de recursos naturais e as desigualdades sociais. Sua implementação efetiva requer o engajamento e a cooperação de diversos atores da sociedade. Este artigo, assim, explora o conceito de capital social e discute sua relevância na formulação, implementação e aprimoramento de políticas socioambientais.

O quarto artigo dessa edição é AGRICULTORAS E FEIRANTES: PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS DE COMERCIALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA de Janete Stoffel, Jéssica Lopes e Siomara Aparecida Marques. Esta pesquisa teve como objetivo identificar a importância da participação em feiras de comercialização para a construção da autonomia de agricultoras e feirantes. O estudo foi realizado nas feiras livres de Palmital e Pitanga, no Paraná, com a participação de sete mulheres. Utilizou-se um roteiro semiestruturado e a observação participante para identificar dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais relacionadas ao desenvolvimento da autonomia. A abordagem foi qualitativa, com estudo de caso descritivo e análise de conteúdo dos dados. Os resultados evidenciam que essas mulheres enfrentaram diferentes dificuldades e processos de superação, fortalecendo sua autonomia. Relataram conquistas econômicas, como a participação nas decisões produtivas e na gestão da renda familiar. No plano social, destacaram a interação e o reconhecimento proporcionados pelas feiras; no âmbito ambiental, observaram maior preocupação com a oferta de alimentos saudáveis. Persistem, contudo, desafios significativos, em especial a necessidade de reduzir a sobrecarga de trabalho das mulheres, por meio de uma divisão mais equilibrada das tarefas domésticas e de cuidado.

AGRICULTURA FAMILIAR E TECNOLOGIAS SOCIAIS: ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA de Juliana Silva Guimarães e Clésio



Marcelino de Jesus é o quinto artigo dessa edição. Esse artigo analisa como as pequenas e médias propriedades rurais brasileiras enfrentam dificuldades para incorporar inovações tecnológicas. Somadas às diferenças na dotação de terras, qualificação da mão de obra, acesso a recursos financeiros e crédito, infraestrutura, integração com cooperativas e agroindústrias, organização dos agricultores e assistência técnica, essas limitações ajudam a explicar a heterogeneidade na adoção tecnológica entre pequenos e grandes produtores. Nesse contexto, as tecnologias sociais surgem como alternativa para que os agricultores possam inovar com seus próprios recursos e reduzir parte dessa lacuna. Este artigo tem por objetivo apresentar uma breve retrospectiva do conceito de tecnologias sociais e de sua aplicação no Brasil, bem como traçar um panorama das experiências voltadas à agricultura familiar nos últimos cinco anos, examinando de que modo elas têm contribuído para enfrentar desafios como a escassez de água, a baixa produtividade e as limitações de infraestrutura. O estudo baseia-se em análise bibliográfica de artigos publicados entre 2017 e 2023, destacando a relevância e a qualidade das informações apresentadas. A partir dessa análise, são identificadas algumas das principais tecnologias sociais utilizadas e seus impactos para os pequenos agricultores, oferecendo subsídios para a ampliação, aplicação e sistematização desse tipo de conhecimento.

Simone Bueno Camara, Janaína Balk Brandão, Raquel Breitenbach e Raviel Dickel são autores do texto: MECANISMOS DE DISTINÇÃO EM MERCADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DOS AGRICULTORES DE FRUTAS E HORTALIÇAS, segundo o qual analisa os mecanismos de distinção comercial utilizados por agricultores de frutas e hortaliças nos diferentes mercados agroalimentares da região central do Rio Grande do Sul, buscando verificar em que medida essa tendência se manifesta nesse recorte geográfico. Para a operacionalização da pesquisa, foram entrevistados 129 agricultores, por meio de instrumento de coleta de dados semiestruturado aplicado no ano de 2020. Os dados foram submetidos à análise estatístico-descritiva com o auxílio do Microsoft Excel e do pacote estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Os resultados indicam que 26,36% dos agricultores utilizam a rastreabilidade como mecanismo de distinção, 19,38% fazem uso da rotulagem, 4,65% recorrem à certificação, 15,50% utilizam dois instrumentos simultaneamente e 39,54% não adotam qualquer mecanismo. Com base nisso, por meio da análise de correlação de Pearson, infere-se que a opção pela adoção de diferentes mecanismos de distinção está associada, sobretudo, ao aumento da participação em distintos canais de comercialização, pontos de venda e ao acesso a políticas públicas. Conclui-se que o uso de variados mecanismos de distinção não é uma característica exclusiva de produtores vinculados a um



mercado específico, mas reflete a especialização da atividade produtiva e a diversificação no acesso aos canais e mercados agroalimentares.

O texto **DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA EM ÁREAS DE MONOCULTURA: O PAPEL DA ATER NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CRUZ DO SUL (RS)** de Liziany Muller e Marco Aurélio da Silva da Silva. Este estudo analisa o papel da chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na promoção da diversificação agrícola e no fortalecimento da agricultura familiar em Santa Cruz do Sul (RS), região historicamente marcada pela monocultura do tabaco. A partir de uma abordagem qualitativa, com foco em estudo de caso, são examinados dados de entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores e técnicos da Coopsat/RS, de modo a compreender as estratégias adotadas, os resultados alcançados e os desafios enfrentados no processo de diversificação. O objetivo central é avaliar em que medida a ATER contribui para a ampliação da autonomia dos agricultores familiares, para a construção de trajetórias produtivas alternativas e para o desenvolvimento de um sistema agrícola mais resiliente e sustentável.

Por fim, o texto **AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE INCREMENTAL NO PERÍODO DE 2011 A 2021** teve como objetivo identificar as principais mudanças incrementais ocorridas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no período de 2011 a 2021. As principais bases teóricas nesta pesquisa foram a política pública e o incrementalismo, a política pública na agricultura familiar, como também, buscou-se estudos relacionados à aplicação do modelo de análise incremental. A metodologia configura-se como descritiva e, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental, com abordagem do problema qualitativo e tendo como objeto de análise os *websites* do Governo Federal e o portal da transparência. Optou-se pela utilização do modelo analítico incremental de análise de política pública categorizando a aplicação ao programa do PNAE. Os resultados evidenciaram 21 mudanças incrementais ocorridas em um período de 11 anos, apresentando os requisitos e as conformidades legais, sendo possível identificar algumas mudanças, principalmente no período da pandemia da Covid-19. Destaca-se a alta nos preços dos alimentos e a falta de atualização desses valores de cada etapa de ensino básico para os repasses financeiros para as compras dos alimentos. Quanto às contribuições, entende-se que a pesquisa serviu para elucidar dúvidas relacionadas à política pública do PNAE, especificamente sobre alimentação saudável aos alunos da educação básica do Brasil, e a importância do programa para a agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento econômico e social.



Desejamos a todos uma ótima leitura!

